

**PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****STUDENT PERCEPTIONS ABOUT UNIVERSITY EXTENSION
AT UFPB****PERCEPCIONES DE DISCENCIA SOBRE LA EXTENSIÓN
UNIVERSITARIA EN UFPB**Larissa Cavalcanti de Albuquerque¹**RESUMO**

O presente artigo traz uma incursão histórica acerca do Movimento de Córdoba e suas pautas, como elementos de luta para a juventude brasileira no período ditatorial e as conquistas para a compreensão da universidade como lugar da diversidade, concomitantemente, enfatizando a criação tardia da universidade em solo brasileiro e os impasses vividos pelo movimento estudantil durante a ditadura. O percurso metodológico utilizado para obtenção dos dados foi a: a observação, pesquisa documental e bibliográfica e a entrevista semiestruturada e análise crítica das informações, fundamentadas na análise de conteúdo. Apontamos como principal resultado a extensão como fator que contribui para permanência discente.

Palavras-chave: Educação superior. Extensão Universitária. Estudantes.

ABSTRACT

This article presents a historical incursion about the Córdoba Movement and its guidelines, as elements of struggle for Brazilian youth in the dictatorial period and the achievements for understanding the university as a place of diversity, concomitantly, emphasizing the late creation of the university on the ground and the impasses experienced by the student movement during the dictatorship. The methodological path used to obtain the data was: observation, documentary and bibliographic research and the semi-structured interview and critical analysis of the information, based on the content analysis. We point out that extension is the main factor that contributes to student permanence.

Keywords: Higher education. University Extension. Students.

RESUMEN

Este artículo trae una incursión histórica sobre el Movimiento Córdoba y sus lineamientos, como elementos de lucha por la juventud brasileña en el período dictatorial y los logros para entender la universidad como un lugar de diversidad, concomitantemente, enfatizando la tardía creación de la universidad en el suelo. y los impasses vividos por el movimiento estudiantil durante la dictadura. El camino metodológico utilizado para la obtención de los

¹ Mestra em Educação pela UFPB, autora da dissertação *Assistência estudantil como política de permanência na UFPB* (ALBUQUERQUE, 2017). E-mail: laalbuquerque13@hotmail.com.

datos fue: observación, investigación documental y bibliográfica y la entrevista semiestructurada y análisis crítico de la información, a partir del análisis de contenido. Señalamos que la extensión es el principal factor que contribuye a la permanencia de los estudiantes.

Palabras-clave: Educación superior. Extensión Universitaria. Estudiantes.

INTRODUÇÃO

O presente artigo origina-se a partir das reflexões e análises oriundas do processo dissertativo no mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na ocasião o estudo versou sobre a Assistência Estudantil como política de permanência na UFPB, através desse processo investigativo apresentou-se como unidades temáticas, o acesso e permanência dos jovens a universidade, a participação estudantil, a função social da universidade, como também a extensão universitária.

Observa-se que os estudantes procuram escolher uma entidade de nível superior que esteja ancorada no tripé: ensino, pesquisa e extensão, como também ressaltaram a importância da extensão para a permanência na universidade e para o entendimento da atuação profissional voltada a atender as necessidades da sociedade.

Considerando as categorias originadas no processo dissertativo: escolha da UFPB; soluções encontradas para gastos e dificuldades e facilidades que encontram no curso, observa-se a política de extensão como fator importante desde a preferência em estudar em uma universidade que ofertasse a extensão, a estratégia para superar dificuldades, como também um fator de facilidade em permanecer na instituição.

Dessa forma, redefiniu-se nosso enfoque da política de assistência estudantil para a política de extensão universitária, considerando para nossos apontamentos as conjunturas: nacional e internacional, no tocante as contribuições do Movimento de Córdoba de 1918 sobre o entendimento da função social da universidade, bem como pela busca da autonomia estudantil, democratização do ensino, extensão, assistência aos estudantes, dentre outras.

Dessa forma, faz-se uma incursão histórica acerca do Movimento de Córdoba e suas pautas, como elementos de luta para a juventude brasileira no período ditatorial e as conquistas para a compreensão da universidade como lugar da diversidade, concomitantemente, enfatizando a criação tardia da universidade em solo brasileiro e os impasses vividos pelo movimento estudantil durante a ditadura.

Em um segundo momento, apresenta-se o percurso metodológico utilizado para obtenção dos dados, a saber: a observação, pesquisa documental e bibliográfica e a entrevista semiestruturada e análise crítica das informações, fundamentadas na análise de conteúdo de Bardin (2011). Tal temática surgiu por meio de entrevistas realizadas com alunos assistidos pela residência universitária do Campus I-João Pessoa-PB, sendo que a política de extensão universitária permeou pelas respostas dos estudantes em três categorias do estudo dissertativo realizado.

Os resultados e discussões amadurecidos através da lente da extensão universitária, tendo como embasamento teórico, Freire (1983) destacando a relevância da extensão na vida dos alunos universitários e aqui particularmente dos alunos assistidos pela política de assistência estudantil da UFPB. As considerações que se elucidam, proporcionará novas visões e entendimentos sobre a extensão para os estudantes, mesmo que provisórias, são frutos da práxis enquanto desbravadora da política de educação superior no Brasil.

O Movimento de Córdoba e a União Nacional dos Estudantes pela função social da universidade: reflexões sobre a extensão universitária

O surgimento da Universidade no Brasil foi bastante tardio, quando comparado com a Inglaterra e a Espanha e suas respectivas colônias. Nota-se que a criação da universidade no solo brasileiro desde sua formação é fundamentada no modelo francês, que preconiza as necessidades profissionais da sociedade do capital, e não no modelo alemão, alicerçado na formação cultural do povo.

Compreende-se que a história de luta pelo acesso ao ensino superior público de qualidade, autonomia universitária, participação dos estudantes nas entidades perpassa, sem dúvida, pelo movimento estudantil. Os estudantes não estavam alheios ao contexto histórico que estavam vivendo, imbuídos da certeza de que sem enfrentamento não há melhorias, conquistas e garantias de direito, estes se organizaram em seminários, congressos e encontros, buscando progressos para o ensino superior.

Sendo assim, o Movimento de Córdoba fundamentou o processo brasileiro de luta estudantil, mesmo com uma distância temporal, de 1918, para o movimento de reforma universitária, em 1968, no Brasil. A função e o papel da universidade sempre estiveram

pautados por interesses de grupos de poder, uma vez que a menor ou maior pressão destes condicionam o papel da universidade na sociedade.

No que diz respeito ao Movimento de Córdoba, este ocorreu em 1918 na Argentina, influenciou e influencia até os dias atuais as universidades. A reforma proposta foi encabeçada pelos estudantes e tinha como principais bandeiras de luta: a instituição do cogoverno do estudante; autonomia política, educacional e administrativa da universidade; a seleção de professores através de concursos públicos; ensino superior gratuito; extensão; liberdade de ensino e assistência gratuita às classes, dentre outras.

Na data de 21 de junho de 1918, os universitários aprovam este importante manifesto, conhecido como: “*La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica*”, que foi escrito por Deodoro Roca e assinado por Enrique Barros, Horácio Valdés, Ismael Bordabehere, alguns dos dirigentes da Federação Universitária de Córdoba (FUC), que havia sido fundada no dia 18 de maio (NETO, 2011).

Os estudantes da Universidade de Córdoba estabelecem os eixos que norteiam a luta por mudanças nas relações dentro da universidade. O Manifesto de Córdoba, como ficou conhecido, representa a inserção dos alunos na discussão sobre as funções e papéis da Universidade, perante os conhecimentos que nela são produzidos e para quem são dirigidos (COSTA, 2005).

Trindade (2004) coloca a universidade como uma instituição social e afirma que a reforma de Córdoba cumpriu com sua finalidade, uma vez que modificou o sistema universitário argentino e ultrapassou as fronteiras nacionais, influenciando países, como: Uruguai, Bolívia, Peru, México, Venezuela e Colômbia. Foi a Universidade de Córdoba que estabeleceu o perfil dominante da universidade latino-americana: o compromisso social da universidade.

A reforma realizada marca a inserção dos estudantes na discussão acerca da função social da universidade para a sociedade. Os objetivos dos estudantes preconizados, em 1918, continuam sendo atuais em pleno século XXI. A preconização de concursos públicos, assistência aos estudantes e gratuidade no ensino. O Movimento de Córdoba não somente possui proporção latino-americana, como também mundial.

Nos termos de Leher (2015), o Manifesto Liminar luta pela vinculação da universidade ao povo. Os universitários argentinos no ano da fundação da entidade brasileira,

já possuíam um movimento que alcançava proporções continentais, dada a sua organização e bandeiras de luta. No Brasil, serviu de base para as primeiras reivindicações da União Nacional dos Estudantes em 1961.

Com relação à origem histórica do movimento estudantil brasileiro, ocorre tardiamente em relação aos demais países da América Latina, todavia tem fortes influências de documentos provenientes de movimentos estudantis desses países, em especial, a Carta de Córdoba, de 1918. A Carta de Córdoba ficou conhecida pelos estudantes brasileiros, apenas em 1929, através do grupo que lança o Manifesto dos Estudantes Brasileiros em Porto Alegre, que contemplou trechos da Carta e de escritores do movimento reformista. Outro marco dessa realidade foi o II Congresso Nacional de Estudantes, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1938. Na oportunidade foi elaborado o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira. Apesar disso, a LDB, aprovada em 1961, não considerou as reivindicações dos estudantes na defesa da escola pública (FREITAS; TORRES; PEREIRA, 2007).

Continuando a reflexão sobre o Brasil, nos anos de 1960 por iniciativa da União Nacional dos Estudantes, foi realizado o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, na cidade de Salvador, Bahia, que vai enfatizar o ideário de Córdoba para o debate nacional. A Declaração da Bahia é considerada como um documento de fase de transição. Dois anos depois, realizou-se o II Seminário de Reforma Universitária, em Curitiba, que, pela primeira vez, focou na participação dos estudantes na administração das Universidades. Na realidade, a maior inovação dita pela Carta do Paraná reside, contudo, em sua terceira parte, expõe seu esquema tático de luta pela Reforma Universitária (TRINDADE, 2012).

Compreendendo que as políticas educacionais latino-americanas se influenciavam mutuamente, a UNE organizou o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior. No encontro o contato com outros estudantes de universidades diversas promoveu ao movimento estudantil brasileiro o conhecimento mais sólido do ideário do Manifesto de Córdoba, que permeou todas as discussões da reforma universitária dos anos 1960 (COSTA, 2005).

Os instrumentos da tomada de consciência em prol da reforma universitária foram a “UNE volante” e o Centro de Cultura Popular (CPC), que percorreram todo o país, saindo de Porto Alegre, com o apoio do governo do Rio Grande do Sul. O resultado desse processo foi a

promoção da formação de consciência de amplos setores sociais urbanos sobre a relevância da reforma universitária, cujas lutas principais eram: a democratização do acesso; a extinção da cátedra vitalícia; autonomia universitária, compromisso social e o cogoverno nos órgãos colegiados (TRINDADE, 2004).

As propostas para o ensino superior tinham uma grande convergência com os setores do Estado que recomendavam a modernização desse nível, mediante a criação de institutos e departamentos, tempo integral para docentes, extinção da cátedra vitalícia, remuneração justa para professores e assistência aos estudantes, dentre outras ações. Para o alcance dessas propostas, o essencial era a conquista da autonomia universitária com o intuito de ter a liberdade de agir administrativa, pedagógica e financeiramente, partindo com a luta de classe interna, através da garantia de participação paritária nos órgãos institucionais (FREITAS; TORRES; PEREIRA, 2007).

Após diversos encontros e discussões nacionais e regionais, desencadeou-se nacionalmente a “greve do terço”, tendo como finalidade o cogoverno das universidades. A mobilização a favor da reforma universitária, como parte das “reformas de base”, politizou o movimento estudantil, que foi radicalizando suas posições. A UNE engajou-se, apoiando o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em defesa da posse de João Goulart na Presidência da República (TRINDADE, 2004).

A temática sobre a reforma universitária permeia a história da universidade latino-americana há quase um século. Desde o Movimento de Córdoba na Argentina, no início do século XX, tornou-se o modelo de referência das universidades latino-americanas. No Brasil, na década de 1960, a União Nacional dos Estudantes (UNE) defendeu esta causa através da greve pelo cogoverno da universidade. Mesmo a Lei da Reforma Universitária de 1968, em plena ditadura militar, reconheceu que o movimento estudantil tivera um papel essencial na tomada de consciência nacional da seriedade da questão universitária e admitiu, ainda que de forma limitada, o princípio da representação dos estudantes nos órgãos colegiados da universidade. O conceito de reforma universitária continuou, até hoje, na memória política como uma referência simbólica de um conceito de universidade com missão acadêmica, compromisso social e gestão democrática (TRINDADE, 2004).

A universidade brasileira, desde a sua criação tardia, enfrenta diversos problemas no que diz respeito ao insuficiente número de instituições de ensino superior públicas, ao número

reduzido de professores e técnicos administrativos, entre outros profissionais, a carência de políticas que visem o acesso e a permanência na universidade, dentre outras questões (NASGUEWEITZ, 2013).

A UNE apregoava que todos os estudantes que possuíssem o diploma de conclusão do antigo 2º grau deveriam ter acesso à universidade e seu mérito seria analisado já no decorrer do curso, uma vez que, a universidade seria responsável por tornar o estudante capaz para a sua formação e não meramente colocar a culpa nos níveis anteriores. Esse era o argumento defendido para apoiar a extinção dos exames vestibulares que representavam um percalço para a entrada das classes menos favorecidas na educação superior (FREITAS; TORRES; PEREIRA, 2007).

Nasguewitz (2013) afirma que a expansão da universidade brasileira, mediante a reforma universitária de 1968, dentre outros condicionantes, é intensamente impulsionada pelo movimento dos excedentes, que é o resultado da tensão gerada pela dificuldade de acesso dos jovens de classe média ao ensino superior, que constituía um afunilamento extremamente desconfortável a uma faixa da população, detentora de factual influência sobre o governo brasileiro.

O sistema ditatorial desmantelou o movimento estudantil do país, já que este desestrutura a UNE, passando para ilegalidade e cria entidades que estão atreladas ao Estado, como o Diretório Nacional dos Estudantes, subdivididos em Diretórios Estaduais e Diretórios Centrais (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001).

Álvaro Vieira Pinto foi um dos nomes relevantes do movimento estudantil daquele momento com as suas ideias expressas no livro editado pela UNE intitulado “A Questão da Universidade”. Suas principais ideias concentravam-se na extinção dos exames vestibulares e na condenação da autonomia universitária. Vale salientar que este momento pode ser caracterizado pela perseguição aos estudantes, líderes dos movimentos e professores simpatizantes das propostas do movimento estudantil.

Consideramos que o Movimento de Córdoba proporcionou diálogos e mudanças nas concepções sobre a extensão e na sua relevância enquanto instrumento de aproximação da teoria e prática, como da construção do saber científico, voltado para melhorias na sociedade.

Durante o governo ditatorial, marcado por concepções elitistas, almejou-se, pela primeira vez na história brasileira, por meio da extensão, instituir uma aproximação da

universidade com a sociedade. Tal proximidade não se efetivou nesta conjuntura e se perpetuou ao longo dos anos trazendo esse distanciamento. Após a ditadura Getúlio Vargas, não obstante de ter passado por alguns aperfeiçoamentos, a extensão universitária permaneceria a ser mira de críticas e questionamentos que demonstrariam os equívocos e as más formulações das funções sociais atribuídas a essa esfera (FREIRE, 2011).

Notamos que o intuito da extensão universitária no período ditatorial não perpassava pelos interesses da sociedade e sim como as demais políticas públicas, a educação estava subserviente aos interesses escusos dos governos autoritários. Já que o objetivo centrava-se em controlar a sociedade, manter a ordem e a perpetuação do regime. A reforma universitária de 1968 preconizava que as universidades deviam atuar nas problemáticas sociais, seguindo a orientação do governo, ou seja, sem interferir e nem provocar nenhum pensamento crítico e reflexivo.

Serrano (2006) enfatiza as mudanças conceituais na compreensão da extensão, a extensão como oferta de cursos, a extensão como serviço, a extensão como assistência, a extensão como mão dupla entre instituição e sociedade e a extensão cidadã, identificando a extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos e com sua relação com a comunidade que faz parte.

Concordamos com Freire (1983) no que diz respeito que o ato de ensinar preconiza formar cidadãos críticos, autônomos e ativos, e estas devem ser as finalidades que orientam a função social das instituições de nível superior. Entretanto, vemos nos tempos atuais que a função da educação superior tem se voltado apenas para o ensino, sem considerar a importância de ofertar uma educação que esteja baseada nos fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Freire (2011) destaca que por mais diferentes que sejam as realidades das instituições e as experiências acerca da extensão universitária, um aspecto tem-se em comum, o do entendimento que a universidade se constituía distante da realidade social do Brasil. Por isto, a importância de aproximar os alunos a conjuntura a qual estão inseridos, observando as problemáticas sociais e intervindo nos anseios da comunidade, relacionando assim a teoria a prática.

Ao mesmo tempo em que a teoria ilumina as ações do cotidiano e traz respostas a questão social, também a prática proporciona novos horizontes e conhecimentos que

contribuem para as mudanças sociais e para melhoria de vida da população. Acredita-se que a formação dos alunos universitários precisa ser ativa, crítica, autônoma e histórica, já que concomitantemente em que o homem transforma a sociedade, este também se transforma, aperfeiçoa seus instrumentos de trabalho e cria novas particularidades.

Serrano (2006) afirma que a extensão precisa ser processual, comprometida com os processos micro e macro de mudança social, deve possuir um viés transformador, de emancipação dos sujeitos, de autonomia dos indivíduos, de respeito à diversidade, do exercício do diálogo, buscando pela horizontalidade das relações.

De acordo com pensamento freiriano em sua obra *Extensão ou comunicação* (1983), devemos lutar contra a invasão cultural, que se entende como uma relação unilateral e verticalizada das ações, mecanicista e a-histórica, já que manipula, submete e domestica os sujeitos. Sendo necessário que os estudantes percebam o outro como indivíduo pensante, construtor da sua própria história, como também respeite seus valores, tradições e costumes. Assumindo assim, um posicionamento de resistência aos ditames seja ditatorial, ou atualmente neoliberais.

METODOLOGIA

Para a reflexão e o estudo sobre a importância da extensão universitária para os estudantes residentes da UFPB, inicialmente foram realizadas leituras versando a respeito da educação superior e sobre a contrarreforma nas políticas públicas pelo Estado que rebatem em diminuição de direitos para a sociedade. No decorrer das leituras aprofundamos nosso entendimento a respeito da política extensionista, como enraizamos estudos sobre a universidade no Brasil.

A investigação científica fundamentou-se na perspectiva crítico-dialética, uma vez que acreditamos que os fenômenos estão em permanente transformação no seio da nossa sociedade. Segundo Gamboa (2007), na concepção da dialética, todo fenômeno deve ser compreendido em sua historicidade, já que faz parte de um processo histórico maior. No que diz respeito às alterações na educação, estas não estão descoladas da realidade e sim estão relacionadas às transformações culturais e sociais. Dessa forma, acreditamos que para materializar uma pesquisa é necessário o confronto entre documentos, evidências, informações coletadas sobre determinado tema e o conhecimento teórico acumulado dele. Na

maioria das vezes, isso se faz a partir da investigação do problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e delimita seu ato de pesquisar determinada porção do saber (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Sendo assim, compreendemos o pesquisador como ser não neutro, cidadão em uma sociedade, ser político, sujeito e realizador da história, que tem claramente intenções e que, portanto, não deve poupar esforços para explicitar as implicações filosóficas e ideológicas das suas escolhas (GAMBOA, 2007).

Em consonância com este pensamento, Lüdke e André (1986) afirmam que o papel do pesquisador é precisamente o de servir como instrumento inteligente e ativo do conhecimento acumulado na temática analisada, e traçar novos caminhos a partir das evidências da pesquisa. É por meio dessa atividade como pesquisador que o conhecimento específico do tema vai ganhar novos contornos. Todavia, cabe ressaltar que esse ato vem carregado e comprometido com todas as particularidades do pesquisador, até e essencialmente com suas definições políticas.

Diante do exposto, essa pesquisa consistiu em um estudo de caráter exploratório, pois este “permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p.109). Dessa forma, foi imprescindível o levantamento bibliográfico e documental a respeito da educação superior, no que concerne a extensão universitária, como também leituras de teses, dissertações e artigos sobre a política a universidade fundamentada no tripé: pesquisa, ensino e extensão.

Para proceder ao processo de análise da extensão, a partir da efetivação do Campus I - UFPB, recorreremos à abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. De acordo com Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa possui o ambiente como fonte direta da coleta de dados e o pesquisador como seu principal veículo. Para materialização desse tipo de pesquisa, é necessário o contato direto e delongado do pesquisador com o ambiente e a temática que está sendo examinada. Isso ocorre, via de regra, mediante o trabalho intensivo de campo. Triviños (1987) afirma que a pesquisa qualitativa é essencialmente descritiva e o pesquisador, nessa concepção, está preocupado com o processo em que ocorre o fenômeno. No caso desse estudo, fizemos o recorte da extensão, a partir de três categorias temáticas, tendo a intenção

de compreender os processos históricos da extensão universitária e sua relevância na vida de acadêmicos que moram na residência universitária.

O estudo de caso é empregado neste processo de investigação científica com a finalidade de interpretar o contexto em que ocorrem as dinâmicas e as tensões na extensão, já que para melhor compreensão do problema em tela é necessário apreender as ações, as percepções, os comportamentos e as interações que estão ligadas à referida política (LUDKE; ANDRÉ, 1986). O uso desse tipo de pesquisa justifica-se nesta dissertação pelo fato do estudo de caso qualitativo ter como objetivo retratar a realidade de modo mais completo e profundo. Nessa concepção, o pesquisador busca apresentar a “multiplicidade das dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19).

Para a fase da coleta de dados, utilizaram-se das técnicas de observação assistemática, entrevista e análise documental. No que diz respeito à observação, apreendemos esta não simplesmente como o olhar. Nos termos de Triviños (1987), observar é dar ênfase a um conjunto (objetos, pessoas, animais), a algo especificamente, atentando para suas características. Observar um "fenômeno social" constitui, em primeiro lugar, que certo fato social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente destacado da sua conjuntura para que, em sua dimensão singular, sejam analisadas suas ações, atividades, significados, relações etc. Particularizam-se ou congregam os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, fundamentalmente para encontrar seus aspectos superficiais e mais profundos, até capturar, se for possível, seu particular numa perspectiva privativa e extensa, além de incongruências, dinamismos, relações etc.

Para o registro das observações, seguimos as sugestões de Lüdke e André (1986), no tocante a realizar anotações e combinar com o material transcrito de gravações. Ao iniciarmos cada registro escrevemos: dia, hora, local da observação e o período de duração; como também distinguirmos as falas, citações, observações pessoais; e mudamos de parágrafo a cada nova situação analisada.

Usamos a técnica da entrevista, em sua versão semiestruturada. De acordo com Triviños (1987), compreendemos entrevista semiestruturada como aquela que parte do princípio de certas perguntas básicas, alicerçadas em teorias e hipóteses que interessam à investigação e oferecem amplo campo de questionamentos, fruto de novas hipóteses que vão

aparecendo à medida que recebem as respostas do informante. Dessa forma, o informante, seguindo a linha do seu pensamento, relata suas experiências de acordo com o foco apresentado pelo pesquisador, culminando com a participação do investigado na construção do conteúdo da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos de modo aleatório, por meio de convite eletrônico em rede social (Facebook), como nosso objetivo na dissertação tratava-se em conhecer os aspectos culturais e acadêmicos dos alunos assistidos pela política de assistência estudantil, todos os entrevistados são moradores das residências universitárias do Campus I (João Pessoa-PB). Estes são identificados através de nomes de plantas que resistem ao calor e falta de água, simbolicamente demonstrando a resistência dos discentes em permanecer na universidade em meio à contrarreforma neoliberal.

Os dados obtidos foram analisados conforme a análise de conteúdo. Esta pode ser dividida em três etapas: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. A pré-análise diz respeito à organização do material. A segunda fase tem o intuito de aprofundar os estudos, sob a orientação das hipóteses e dos referenciais teóricos. E, por fim, a fase de interpretação inferencial tem a finalidade de proporcionar as conclusões do estudo (TRIVINOS, 1987).

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo pode ser conceituada como um conjunto de instrumentos metodológicos que estão continuamente em processo de aperfeiçoamento e se aplicam a discursos extremamente diversificados. A análise de conteúdo tem como foco as comunicações para além dos significados imediatos. Dessa forma, compreendemos que seu emprego tem como finalidade o desvelamento dos fenômenos em suas diversas naturezas (social, econômica e histórica) e não a mera descrição das situações, sendo de grande valia para o estudo dissertativo pretendido neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias que surgiram no processo de dissertação foram onze, sendo que apenas três trouxeram a unidade temática, extensão universitária. Estas foram: escolha da UFPB; soluções encontradas para gastos e dificuldades e; facilidades que encontram no curso. Mesmo não sendo o objetivo central da discussão feita em nosso trabalho acadêmico, notamos por meio das respostas dos alunos que a extensão ocupa um espaço relevante na vida

dos universitários, pois o fato da universidade trabalhar ancorada no tripé: ensino, pesquisa e extensão, motiva a escolha dos discentes em estudar na instituição, como também se apresenta como uma das soluções para superar entraves financeiros e pedagógicos que atravessam o percurso de ensino-aprendizagem dos estudantes, outro fato que observamos foi o da extensão universitária se apresentar como instrumento facilitador de permanência no curso de graduação.

Vejamos as repostas obtidas, por meio de entrevista semiestruturada, realizada entre os meses de junho a julho de 2017, aos alunos residentes do Campis I-João Pessoa –PB. No que diz respeito à categoria escolha da UFPB em sua subcategoria: prestígio e status social, que se refere às respostas obtidas que trazem o prestígio social em está no curso de uma universidade federal, trazemos o discurso do sujeito:

A UFPB é a universidade de referência para aqueles que moram no interior. Sem dúvidas, esse foi o principal fator, seguido pelo conhecimento das oportunidades que ali haviam, relacionados à pesquisa, extensão e ensino (Espirradeira).

Podemos notar que o ingresso nas instituições públicas é vislumbrado pelo aluno independente da sua classe social e econômica. Perpassa pelo imaginário dos estudantes que terminam o ensino médio o desejo de ingressar na educação superior pública, já que, esta é considerada em nossa sociedade como lugar de grande prestígio social, no tocante à construção do saber nas áreas de pesquisa, extensão e ensino. Ademais, cabe ponderar o intento dos alunos em cursar uma universidade federal por questões de prestígio, já que para estes, ser aluno de uma instituição federal é mais significativo do que ser aluno de instituições particulares e até mesmo de universidades públicas estaduais.

Consideramos o discurso do sujeito que almejava entrar em uma instituição que ofertasse melhores oportunidades, bem como uma formação com maior qualidade, que desenvolvesse suas aptidões desde o campo do ensino ao campo da extensão. Notamos que perpassa pelo imaginário, dos alunos do interior da Paraíba, o desejo de estudar em uma instituição de grande porte, que, sem dúvida, proporcionaria melhores condições de vida e abriria novos horizontes.

No tocante a categoria soluções encontradas para gastos e dificuldades, destacamos o discurso da participante que ressalta a importância do curso de língua inglesa ofertado pela

política de extensão universitária, como instrumento de auxílio no entendimento das disciplinas da graduação em Letras (inglês):

Consigo com o auxílio de alimentação (R\$240,00 mensal) e divido as despesas com a colega de quarto. Procuro solucionar as dificuldades com a ajuda de amigos que também são do curso, através de vídeos do youtube e escutando música. Também conseguir hoje uma vaga no curso do DLEM que vai me ajudar bastante. Muitas pessoas elogiaram o curso de extensão do DLEM. Procuro superar as dificuldades por conta própria mesmo, já que o curso não é para ensinar a língua e sim lecionar (Camomila).

De acordo com os relatos dos alunos, podemos entender que as trajetórias da educação básica destes interferem significativamente nos estudos do ensino superior, pois, estes tiveram que buscar soluções para conseguir acompanhar o ritmo da academia no que diz respeito a compreender as matérias que compõem a grade curricular do curso, dificuldades estas que não são superadas somente pelas aulas no ensino superior, já que estes trazem em seus discursos estratégias para poder entender o que foi trabalhado em sala nas disciplinas, como buscar auxílio nos amigos, parentes e novas tecnologias. Cabe ressaltar a importância dos cursos de extensão universitária e dos grupos de pesquisa nesse processo de ensino-aprendizagem, que, sem dúvida, se apresentam como ferramentas para a construção do saber dos estudantes e possibilitam preencher lacunas que foram deixadas na educação básica.

A respeito da categoria facilidades que encontram no curso, destaca-se a fala da estudante:

Contraditoriamente, com a precarização da Assistência Estudantil na UFPB, esta foi uma facilidade. Minimamente, havia um teto e comida, necessidades básicas para a sobrevivência de um estudante. As bolsas de iniciação científica, monitoria e extensão, também foram uma facilidade, o qual permite o aprimoramento do alunado, ao passo que dar as condições necessárias para a sua reprodução enquanto estudante (Espirradeira).

Em tempos de retrocesso no campo dos direitos sociais e humanos, é necessária a articulação dos movimentos sociais, estudantis e da sociedade como um todo, na busca da plena efetivação das garantias constitucionais. Atenta-se para a contrarreforma que está em curso e que ganha novas nuances no Governo interino de Michel Temer, com cortes em investimentos na educação pública que conseqüentemente atinge as universidades. A articulação de órgãos como a UNE e FORPROEX é essencial na luta por melhorias na

extensão universitária, sem essa organização da sociedade civil, dificilmente conseguiremos frear os avanços dos ditames neoliberais em nosso país.

Encerramos, enfatizando que a extensão universitária se constitui como elemento articulador entre a universidade e a sociedade, já que mediatiza o conhecimento teórico ao campo prático. Transformando teoria e acrescentando melhorias à prática.

Zenaide (2010) elucida que a extensão contribui para o rompimento com a visão fechada e autoritária da universidade, se constituindo como um espaço de diálogo, interação e respeito às diversas culturas, suscitando uma postura dialógica e relacional que possibilita a decifração dos problemas sociais, considerando estes como demandas coletivas que necessitam ser atendidas pelo poder estatal.

Freire (1983) afirma que o homem é um ser com a capacidade de problematizar sua situação concreta, captando sua realidade e transformando suas carências em respostas sociais. O autor faz a crítica ao modo invasivo e verticalizado do conhecimento, afirmando que o sujeito que é “enchido” por conteúdos, não se apropria da sua realidade, logo não a altera, apenas reproduz.

E não é este tipo de universidade que se deseja, de mera repetição e reprodução de conhecimentos e sim aquela que possibilite uma formação baseada em valores de justiça e igualdade social, que contribua para a distribuição de renda e a igualdade de todos, principalmente os mais vulneráveis e as minorias societárias.

Portanto, a extensão oportuniza uma autocrítica a prática acadêmica, ao passo que muito se discursa a respeito da realidade, a partir da leitura de livros, mas pouco ou nada se sabe da realidade concreta dos sujeitos, por isso conforme Zenaide (2010) falar a respeito de algo é diferente de conviver, pois somente convivendo é que podemos apreender e desbravar as contradições e ambiguidades.

CONCLUSÕES

Podemos observar que o Movimento de Córdoba de 1918 teve impactos positivos em toda a América Latina, particularmente no Brasil suas pautas influenciaram a luta dos movimentos sociais e estudantis por uma universidade mais aberta e plural, mesmo se passando cem anos da Reforma de 1918, notamos o quanto são atuais suas bases, já que

vivemos tempos de retrocessos nas políticas públicas e nos direitos sociais, humanos, trabalhistas e previdenciários.

Precisamos fortalecer a luta por uma sociedade mais igual, fraterna, justa e ética, necessitamos de uma universidade que possua como função atender as demandas sociais e não as demandas do sistema capitalista, que preconiza por uma liberdade de mercado.

Compreendemos que os enfrentamentos e resistências devam ocorrer no cotidiano da universidade, em todos os espaços, dentro e fora de movimentos organizados, fortalecendo a extensão como espaço pedagógico, de novos currículos, novas lógicas de movimento.

Rompendo com a prática engessada e promovendo uma universidade que seja gratuita, pública e autônoma, buscando assim melhorias na educação brasileira, e aqui especificadamente da educação superior, que seja de todos e que não seja um produto da lógica neoliberal capitalista. Sendo assim, salientamos a extensão como instrumento valioso no processo de ensino e aprendizagem, como mecanismo de participação do aluno na construção do conhecimento e na produção da autonomia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. C. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. São Paulo: Edições, 2011.

COSTA, K. C. **Reforma universitária e manifesto de Córdoba** - estudo comparado entre Brasil e Argentina. Londrina: Simpósio Nacional de História, 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

FREIRE, S. M. Desafios da extensão universitária contemporânea. **Revista Conexão**, v. 7, n. 1, 2011.

FREITAS, C. C. S.; TORRES, I. S.; PEREIRA, N. M. **Movimento estudantil e reforma universitária** – a República Populista e o Governo Lula. ANPAE, 2007.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NASGUEWEITZ, J. C. A universidade brasileira e o estudante no contexto das reformas universitárias: um panorama de múltiplas transições. In: **Anais do I Seminário Iberoamericano**: as transições dos estudantes, um desafio para as universidades. 2007.

NETO, J. A. F. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior UNICAMP**. 27 mai. 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. 2006. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 07 jan. 2018.

SILVA, J. R. J.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TRINDADE, H. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. **Educação Social**, v. 25, n. 88, p. 819-844, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZENAIDE, M. N. T. **Políticas de extensão universitária e a disputa**: a questão dos direitos humanos na UFPB. 2010. 414f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

Artigo recebido em: 4 de janeiro de 2021.

Artigo aceito em: 7 de agosto de 2022.